

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.401 - PR (2019/0269399-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : OCTAVIO CESARIO PEREIRA NETO
ADVOGADOS : FLAVIO PANSIERI - PR031150
DIEGO CAETANO DA SILVA CAMPOS - PR057666
OTÁVIO AUGUSTO BAPTISTA DA LUZ - PR086785
VINÍCIUS RAFAEL PRESENTE - PR066052
PEDRO FIGUEIREDO ABDALA - PR090004
AGRAVADO : ISAAC LEMOS
AGRAVADO : LINDALVA GIMENEZ DE SOUZA LEMOS
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS DA SILVA TRISTÃO - PR010434
INTERES. : MARIA CORDEIRO DOS SANTOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto por OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA NETO, fundado no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 363/365):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PARTES INTIMADAS EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS. LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA. IMPRESCINDIBILIDADE DA CONDUTA DO APELANTE PARA A CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO VICIADO. POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO. RELAÇÃO JURÍDICA VERIFICADA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO TABELIÃO. SUBJETIVA. NEXO CAUSAL COMPROVADO. IMPRESCINDIBILIDADE DA CONDUTA DO APELANTE PARA O DANO. ATO ILÍCITO E CULPABILIDADE IDENTIFICADOS. TABELIÃO QUE DEU AUTENTICIDADE A INFORMAÇÕES NÃO COMPROVADAS. NEGLIGÊNCIA. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANOS MATERIAIS. COMPROVADOS. DECLARAÇÃO NA ESCRITURA PÚBLICA ANULADA QUE HOVE O PAGAMENTO PELO IMÓVEL NAQUELE ATO. DECLARAÇÃO VÁLIDA PARA FINS PROBATÓRIOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Conforme se depreende da ata da audiência de instrução e julgamento de fls. 193a/v, os advogados de ambas as partes

foram intimados pessoalmente, na própria audiência, para apresentar alegações finais no prazo sucessivo de 10 (dez) dias.

2. *Tendo em vista que a escritura pública lavrada perante o segundo requerido (11º Tabelionato de Londrina) constituiu o objeto da prestação prometida pela primeira requerida na escritura pública lavrada perante o 5º Tabelionato de Curitiba, evidente sua relação de causalidade para a celebração do negócio jurídico que acarretou prejuízos ao autor.*

3. *Em razão do polo passivo do processo ser o próprio tabelião e não o Estado, verifica-se que a natureza da responsabilidade civil, no presente caso, é subjetiva.*

4. *Em relação à conduta ilícita do tabelião, verifica-se que a lavratura por si de escritura pública na qual a situação declarada dos alienantes não condizia com a realidade, apresentando vícios que não apenas poderiam, como deveriam ter sido identificados no tabelionato com a estrita observância das formalidades legais previstas para sua lavratura, evidenciam que sua conduta foi contrária ao que determina a lei.*

5. *Conforme se extrai da escritura pública lavrada em 20/01/2010 (no Tabelionato de Londrina), segundo declaração do tabelião, ora requerido e apelante, estariam presentes perante si como alienantes do imóvel o Sr. Pedro Machado e a sua esposa, Sra. Helena Bueno Machado (fls. 15 dos autos). Contudo, tal como consta dos documentos trazidos aos autos, tal situação era taticamente impossível, eis que ambos os alienantes já estavam mortos ao tempo do negócio jurídico. O Sr. Pedro Machado faleceu em 1964 (fls. 18), quando já tinha 69 anos de idade, o que implica dizer que teria nascido em 1895. Ou seja, se tivesse realmente vivo ao tempo da lavratura do ato teria inacreditáveis 115 anos! A Sra. Helena Bueno Machado, segunda esposa do Sr. Pedro Machado, já era falecida ao tempo em que o Sr. Pedro Machado faleceu, conforme se observa da própria certidão de óbito do Sr. Pedro Machado. Curioso notar, inclusive, que o Sr. Pedro Machado, ao tempo de seu óbito, já estava em seu terceiro casamento. Em resumo, portanto, a situação fática era completamente incompatível com a realidade.*

6. *Não cabe o argumento da parte apelante de que teria sido ludibriada pelo uso de documento falso por parte daqueles que se passavam pelo Sr. Pedro Machado e Sra. Helena Bueno Machado. Afinal, declarou na escritura pública*

que os alienantes eram casados, o que não foi comprovado porque não foi apresentada certidão de Registro de Pessoas Naturais indicando tal condição. Também declarou número de CPF sem ter sido apresentado documento com indicação de tal número. Não teria sido apresentado qualquer documento da alienante. Ainda

que os documentos tivessem sido apresentados, haveria ilegalidade porque o tabelião seria obrigado a arquivar os documentos de identificação no próprio Tabelionato, conforme Código de Normas vigente à época.

7. *Diante da declaração do tabelião (munido de fé pública) do 5º Tabelionato de Curitiba sobre a realização do pagamento pelo autor e pelo fato de não constar nenhum vício quanto a esta declaração específica, há que se adotá-la para fins probatórios, razão pela qual entende-se comprovados os danos materiais do autor.*

8. *Recurso conhecido e improvido.*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados às fls. 406/412.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 17, 447, 485, IV, 489, §1º, 1.022, I e II do CPC/15; 320, 447, 927, 944, 1.238 do CC; 2º, §2º da Lei 7.433/85. Para tanto, sustenta, em síntese, além da negativa de prestação jurisdicional, em síntese, que a parte recorrida não possui legitimidade para a causa, pois *"pleiteia a reparação de dano que sequer se concretizou, ou seja, dano eventual, dano em tese"* - (fl. 429).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no

REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP),
DJe de 3/11/2009.

No tocante a alegação de falta de interesse ante a inexistência de prova do dano, a Corte de origem consignou que, como o tabelião é dotado de fé pública, a declaração deste de que houve pagamento pelo autor deve ser considerada para fins probatórios, conforme se denota do trecho do acórdão a seguir (fl. 382):

(...) Neste sentido, e levando em consideração que o tabelião tem fé-públiica, verifica-se que a consignação na escritura de que o pagamento foi realizado torna dispensável outro elemento comprobatório, como um recibo, por exemplo.

Assim sendo, ainda que a referida escritura pública tenha sido declarada nula, permanece válida e eficaz a declaração constante do ato de que o valor do imóvel em questão foi pago pelo autor no ato de lavratura. Afinal, a nulidade identificada no objeto (imóvel) da prestação da Sra. Maria Cordeiro dos Santos, ora primeira requerida, não implica no comprometimento valorativo, para fins probatórios, de declaração autônoma do tabelião sobre outro fato jurídico componente do negócio jurídico, no caso, o pagamento realizado pelo autor.

Portanto, diante da declaração do tabelião (munido de fé-pública) sobre a realização do pagamento pelo autor, e pelo fato de não constar nenhum vício quanto a esta declaração específica, há que se adotá-la para fins probatórios, razão pela qual entende-se comprovados os danos materiais do autor.

Ainda, especificamente a respeito da existência de legitimidade ativa do recorrido para causa, o acórdão manifestou-se sobre a presença de liame subjetivo entre as partes, o que caracteriza o a utilidade e o interesse, como se detalha, *in verbis* (fls. 373/374):

Tendo em vista que a legitimidade (tanto ativa como passiva) surge quando há, por parte do autor, uma pretensão decorrente de uma conduta vinculada ou vinculável ao réu, verifica-se, no caso em tela, que o autor está apto para figurar no polo ativo da demanda envolvendo ambos os réus, os quais, por sua vez, estão aptos a figurar no polo passivo.

Afinal, conforme se depreende dos autos, a pretensão indenizatória do autor surgiu dos prejuízos sofridos em virtude do negócio jurídico firmado com a primeira requerida (12/03/2010, 5º Tabelionato de Curitiba), o qual foi celebrado tão somente porque a escritura pública lavrada anteriormente pelo segundo requerido (tabelião) havia conferido à primeira requerida a titularidade do imóvel (20/01/2010, Tabelionato de Londrina).

Portanto, tendo em vista que a escritura pública lavrada perante o segundo requerido (11º Tabelionato de Londrina) constituiu o objeto da prestação prometida pela primeira requerida na escritura pública lavrada perante o 5º Tabelionato de Curitiba, evidente sua relação de causalidade para a celebração do negócio jurídico que acarretou prejuízos ao autor.

Assim, diante da imprescindibilidade da conduta do tabelião (lavratura da escritura conferindo a titularidade do imóvel) para a concretização do negócio jurídico viciado, sendo que tal vício se vincula justamente ao seu objeto, verifica-se pela potencial responsabilização civil também do segundo requerido.

Evidente, portanto, a existência de relação jurídica entre a parte autora e os réus, razão pela qual evidente a legitimidade tanto ativa como passiva.

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido para aferir a ocorrência ou não de dano, bem como a existência de legitimidade ativa no caso concreto demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

Em reforço:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. LEGITIMIDADE ATIVA DOS RECORRIDOS. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. QUANTIA FIXADA DENTRO DOS PADRÕES DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SÚMULA 7/STJ. 4. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INEXISTÊNCIA. 5. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. 6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem (quanto à legitimidade ativa dos filhos dos recorridos), demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto no enunciado sumular n. 7 deste Tribunal Superior, por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

(...)

*(AgInt no AREsp 1465835/AL, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2019, DJe 10/09/2019) - grifou-se.*

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. LEGITIMIDADE E UTILIDADE DO PROVIMENTO JURISDICIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. IMPOSSIBILIDADE.

AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A demanda foi solucionada com amparo nos elementos de fato e de prova colacionados aos autos, de modo que não há como acolher a pretensão recursal, no tocante à legitimidade para propor ação rescisória e à utilidade do provimento jurisdicional, sem proceder ao revolvimento do suporte probatório, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

(...)

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1495802/SP, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2019, DJe 22/10/2019) - grifou-se.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator